

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Conselhos de fiscalização profissional e proteção da sociedade

As profissões são necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade, razão pela qual a Constituição Federal aponta o valor social do trabalho e da livre iniciativa como um dos fundamentos da República. Elas têm repercussão social, por isso é necessário proteger a coletividade. É nesse contexto em que os conselhos de fiscalização profissional se destacam como entidades que regulamentam, normatizam e fiscalizam o exercício da profissão em prol da sociedade.

Embora a Constituição Federal tenha outorgado à União a competência para legislar e fiscalizar o exercício profissional, em determinadas profissões essa função foi delegada aos denominados conselhos de fiscalização profissional. Como entidades não integrantes da administração pública, os conselhos de fiscalização profissional têm autonomia financeira e administrativa, não recebem subvenções ou repasses financeiros da União e tampouco estão submetidos à supervisão ministerial.

Dada a sua natureza autárquica, os conselhos têm personalidade jurídica de direito público e se submetem aos ditames constitucionais. Os conselhos de fiscalização profissional, portanto, estão submetidos ao sistema de concurso público, são obrigados à realização de processo licitatório e seus atos são controlados e fiscalizados pelo TCU.

Os conselhos de fiscalização profissional têm papel fundamental na proteção à saúde, à vida, ao bem-estar, à segurança e à liberdade da população e só podem cumprir essas funções a partir de seu reconhecimento como pessoas jurídicas de direito público. Para o pleno exercício de suas funções, os atos emanados dos conselhos de fiscalização profissional devem ter discricionariedade, coercibilidade e autoexecutoriedade a fim de que se imponham restrições aos direitos individuais dos profissionais em favor dos interesses maiores da coletividade. Portanto, cabe à população e aos profissionais entender e defender o papel fundamental dos conselhos de fiscalização profissional na defesa dos interesses coletivos.

Internet: <cremers.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

1 Quanto à tipologia textual, o fragmento “Portanto, cabe à população e aos profissionais entender e defender o papel fundamental dos conselhos de fiscalização profissional na defesa dos interesses coletivos.” caracteriza-se como predominantemente injuntivo, uma vez que a sua estrutura tem o objetivo principal de instruir e ordenar o comportamento da população e dos profissionais.

- 2 No trecho “As profissões são necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade, razão pela qual a Constituição Federal aponta o valor social do trabalho e da livre iniciativa como um dos fundamentos da República.”, a expressão “razão pela qual” estabelece relação de causalidade entre as ideias do período, introduzindo a consequência que decorre da causa previamente enunciada.
- 3 No trecho “Embora a Constituição Federal tenha outorgado à União a competência para legislar e fiscalizar o exercício profissional, em determinadas profissões essa função foi delegada aos denominados conselhos de fiscalização profissional.”, mantendo-se a coerência textual e a correção gramatical, a substituição da conjunção “Embora” por **Se bem que** demandaria a alteração da forma verbal “tenha outorgado” para **outorgara**.
- 4 Na construção “Como entidades não integrantes da administração pública, os conselhos de fiscalização profissional têm autonomia financeira e administrativa, não recebem subvenções ou repasses financeiros da União e tampouco estão submetidos à supervisão ministerial.”, a substituição de “tampouco” por **ademais** preservaria a correção gramatical e o sentido original do período.
- 5 No período “Os conselhos de fiscalização profissional, portanto, estão submetidos ao sistema de concurso público, são obrigados à realização de processo licitatório e seus atos são controlados e fiscalizados pelo TCU.”, o isolamento da conjunção “portanto” por meio de vírgulas justifica-se em virtude de sua posição intercalada no interior do período.
- 6 Suponha-se que um analista de fiscalização tenha elaborado um comunicado interno no qual afirmava que os conselhos profissionais atuariam prioritariamente na defesa dos interesses corporativos das categorias fiscalizadas. Nesse caso, é correto afirmar que essa redação é incompatível com a orientação argumentativa predominante no texto apresentado.
- 7 A construção “É nesse contexto em que os conselhos de fiscalização profissional se destacam como entidades que regulamentam, normatizam e fiscalizam o exercício da profissão em prol da sociedade.” poderia ser reescrita, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do período, da seguinte forma: **Nesse contexto, destacam-se os conselhos de fiscalização profissional, a cujas entidades competem regulamentar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão em favor da sociedade.**
- 8 No segmento “Para o pleno exercício de suas funções, os atos emanados dos conselhos de fiscalização profissional devem ter discricionariedade, coercibilidade e autoexecutoriedade a fim de que se imponham restrições aos direitos individuais dos profissionais em favor dos interesses maiores da coletividade.”, a forma “se imponham” poderia ser substituída por **imponham-se**, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido do período.

Texto para os itens de 9 a 16.**Como governança e ESG estão redesenhando o papel da liderança**

O conceito de governança ambiental, social e corporativa, também conhecido como ESG, se consolidou como um pilar essencial da estratégia empresarial. Para 2026, a expectativa é que seja um ano de maior rigor regulatório, transparência, uso da tecnologia e integração do ESG à governança corporativa, com impactos diretos na forma como as empresas operam, reportam e atraem investimentos.

O que muitos parecem esquecer é que o “G”, de governança, é o elemento silencioso que sustenta o “E” e o “S” do ESG. Sem uma governança forte, transparente e estruturada, as práticas ambientais e sociais perdem seu valor.

Quando falha, o impacto é imediato e vai desde a perda de confiança do mercado até a violação de normas e regulamentações. No entanto, quando a governança funciona, os efeitos são poderosos, pois ela aumenta a confiança, agrega valor e gera impacto positivo para toda a sociedade.

Além de refletir riscos reputacionais e financeiros, o não cumprimento das diretrizes ESG representa um risco jurídico real e crescente para os líderes empresariais. Casos de *greenwashing* e *social washing* afetam a imagem institucional e podem configurar práticas enganosas e fraudulentas, especialmente em setores regulados ou com forte exposição pública. A responsabilização penal e cível dos executivos, nesses contextos, é cada vez mais frequente, inclusive em ações coletivas ou de consumidores.

A ausência de mecanismos robustos de controle interno das organizações, auditoria independente e prestação de contas pode ser interpretada como negligência ou omissão de alta administração, inclusive configurando violação de dever fiduciário. Mais do que delegar o tema ao setor de compliance, portanto, é essencial que os *C-levels* assumam liderança ativa, direta e estratégica na integração do ESG à governança corporativa. O cenário regulatório atual impõe desafios significativos às empresas.

A governança sólida será o diferencial competitivo de empresas preparadas para atender às expectativas dos investidores, dos consumidores e da sociedade. Assim, empresas que ignorarem a importância da governança, da transparência e da ética estarão sujeitas a riscos jurídicos significativos, incluindo a responsabilidade penal de executivos e perdas irreparáveis em reputação.

Internet: <exame.com> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 Na construção “A ausência de mecanismos robustos de controle interno das organizações, auditoria independente e prestação de contas pode ser interpretada como negligência ou omissão de alta administração, inclusive configurando violação de dever fiduciário.”, a forma verbal “pode” deveria estar no plural, pois o sujeito é composto de três elementos coordenados: “controle interno das organizações”; “auditoria independente”; e “prestação de contas”.
- 10 Com base no trecho “O que muitos parecem esquecer é que o ‘G’, de governança, é o elemento silencioso que sustenta o ‘E’ e o ‘S’ do ESG.”, pode-se inferir que o sucesso e a validade das práticas ambientais e sociais no ecossistema corporativo são diretamente subordinados à existência de uma governança estruturada, sólida e transparente.

- 11 Em “Além de refletir riscos reputacionais e financeiros, o não cumprimento das diretrizes ESG representa um risco jurídico real e crescente para os líderes empresariais.”, a expressão “não cumprimento” está grafada corretamente sem hífen, em conformidade com as regras do acordo ortográfico vigente.
- 12 No fragmento “Assim, empresas que ignorarem a importância da governança, da transparência e da ética estarão sujeitas a riscos jurídicos significativos, incluindo a responsabilidade penal de executivos e perdas irreparáveis em reputação.”, caso o segmento “que ignorarem a importância da governança, da transparência e da ética” fosse isolado por meio de vírgulas, a correção gramatical seria mantida, mas essa mudança alteraria o sentido original do texto.
- 13 No período “Quando falha, o impacto é imediato e vai desde a perda de confiança do mercado até a violação de normas e regulamentações.”, em razão do paralelismo, a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” que antecede a palavra “violação” é de caráter obrigatório.
- 14 A construção “O conceito de governança ambiental, social e corporativa, também conhecido como ESG, consolidou-se como um pilar essencial da estratégia empresarial.” poderia ser reescrita, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Se consolidou como um pilar essencial da estratégia empresarial o conceito de governança ambiental, social e corporativa, também conhecido como ESG.**
- 15 No período “Mais do que delegar o tema ao setor de compliance, portanto, é essencial que os *C-levels* assumam liderança ativa, direta e estratégica na integração do ESG à governança corporativa.”, o segmento “que os *C-levels* assumam liderança ativa, direta e estratégica na integração do ESG à governança corporativa” exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “é”.
- 16 A partir do trecho “O cenário regulatório atual impõe desafios significativos às empresas.”, é correto depreender que as empresas enfrentam um panorama normativo estático e de baixa complexidade, uma vez que o termo “cenário regulatório atual” restringe os desafios apenas à esfera interna das corporações.

Considerem-se as seguintes opções de obtenção de recursos financeiros para custear as despesas operacionais imediatas de um Conselho Regional:

- I antecipação de um título de valor nominal de R\$ 150.000, com vencimento em 5 meses, mediante desconto comercial simples à taxa de 3% ao mês;
- II antecipação do mesmo título, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação I, mediante desconto racional simples (desconto real); e
- III operação financeira à taxa nominal de 30% ao ano, com capitalização mensal.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Na operação I, o valor líquido recebido pelo Conselho será inferior a R\$ 130.000.
- 18 Na operação II, o valor do desconto racional simples será inferior a R\$ 19.300.
- 19 Na operação III, a taxa efetiva anual equivalente à taxa nominal informada será superior a 34%.

Um órgão público realizou um levantamento a respeito da quantidade de processos administrativos concluídos por 4 setores distintos durante o primeiro semestre de um determinado ano. Os resultados estão apresentados na tabela a seguir.

| SETOR | 1º TRIMESTRE | 2º TRIMESTRE |
|-------|--------------|--------------|
| A | 240 | 300 |
| B | 180 | 150 |
| C | 320 | 400 |
| D | 260 | 390 |

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** O crescimento percentual da quantidade de processos concluídos pelo setor D, do primeiro para o segundo trimestre, foi superior ao crescimento percentual observado no setor A.
- 21** A soma das quantidades concluídas pelos setores B e C, no segundo trimestre, corresponde a mais de 40% do total de processos concluídos nesse trimestre.
- 22** Se a média aritmética da quantidade de processos concluídos pelos 4 setores no primeiro trimestre fosse utilizada como meta individual para o segundo trimestre, exatamente 2 setores atingiriam ou superariam essa meta.

Durante uma operação de fiscalização, um agente parte do ponto inicial P, deslocando-se sucessivamente, conforme as instruções recebidas pelo centro, de percorrer 8 km para o norte. Em seguida, ele deslocou-se 6 km para o leste e, depois, seguiu 8 km para o sul. Posteriormente, percorreu 10 km para o oeste para, por fim, deslocar-se 4 km para o norte.

Admita-se que todos os deslocamentos ocorram em linha reta, em terreno plano, e que os pontos cardeais estejam corretamente orientados.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Ao final do percurso, o agente estará localizado 4 km a oeste e 4 km ao norte do ponto inicial P.
- 24** A menor distância em linha reta entre a posição final do agente e o ponto inicial P é inferior a 5 km.
- 25** Se, a partir da posição final, o agente se deslocasse 4 km para o sul e, depois, 6 km para o leste, ele retornaria exatamente ao ponto inicial.

Considerem-se as seguintes proposições simples.

- P: "O servidor concluiu o relatório dentro do prazo."
- Q: "A chefia aprovou o relatório."
- R: "O processo administrativo foi encaminhado."

Com base nessas proposições, julgue os itens seguintes.

- 26** A proposição "Se o servidor concluiu o relatório dentro do prazo ou a chefia aprovou o relatório, então o processo administrativo foi encaminhado" pode ser representada simbolicamente por: $(P \vee Q) \rightarrow R$.
- 27** A negação da proposição "O servidor concluiu o relatório dentro do prazo e a chefia aprovou o relatório" é logicamente equivalente a: $\neg P \vee \neg Q$.
- 28** A proposição $(P \rightarrow Q) \wedge (Q \rightarrow R)$ garante logicamente que, sendo verdadeira a proposição P, a proposição R também será verdadeira.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação ao uso de aplicativos, sistemas operacionais e recursos de informática, julgue os itens a seguir.

- 29** Ao renomear uma pasta no Windows, todos os arquivos armazenados em seu interior deixam, automaticamente, de existir no sistema operacional.
- 30** Durante uma reunião virtual realizada pelo Teams ou pelo Google Meet, um participante poderá compartilhar a própria tela com os demais usuários conectados.
- 31** A simples instalação de um antivírus impede que o usuário receba mensagens contendo links maliciosos em seu correio eletrônico.
- 32** No Windows, o envio de um arquivo para a Lixeira provoca a sua exclusão física imediata do disco de armazenamento do computador.

No que diz respeito ao uso de editores de texto, ao armazenamento em nuvem e às ferramentas de comunicação corporativa, julgue os itens seguintes.

- 33** Em um editor de texto moderno, a alteração da margem de uma página poderá modificar automaticamente o posicionamento visual dos parágrafos já existentes no documento.
- 34** Quando um arquivo é removido da pasta sincronizada do serviço de nuvem em um computador conectado à conta do usuário, a exclusão deixará, obrigatoriamente, de refletir nos demais dispositivos sincronizados.
- 35** Um usuário poderá iniciar a edição de um documento salvo em nuvem no computador do trabalho e continuar o acesso ao mesmo arquivo em outro dispositivo autenticado na mesma conta.
- 36** Em plataformas de reunião virtual, um participante poderá ingressar em uma videoconferência, mesmo sem possuir câmera conectada ao equipamento utilizado.

Acerca do uso de sistemas operacionais Windows, da navegação na Internet e do gerenciamento de arquivos em ambiente corporativo, julgue os itens a seguir.

- 37** No Windows, um arquivo poderá ser copiado para outra pasta sem que o arquivo original deixe de permanecer armazenado em sua localização inicial.
- 38** Ao fechar uma aba do navegador, todas as demais páginas abertas na mesma janela serão automaticamente encerradas pelo aplicativo.
- 39** A criação de subpastas dentro de um diretório poderá auxiliar na separação lógica de documentos relacionados a diferentes atividades de trabalho.
- 40** No Windows, os arquivos armazenados em pastas distintas podem possuir o mesmo nome, desde que estejam localizados em diretórios diferentes.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando os aspectos relacionados à ética na função pública e aos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A utilização indevida de informações obtidas em razão do cargo para favorecer a si próprio ou a terceiros compromete a legitimidade ética da atuação administrativa, ainda que não haja prejuízo financeiro direto ao erário.
- 42** Em campanha institucional custeada com recursos públicos, ainda que seja destinada à divulgação de programa administrativo efetivamente executado, é compatível com o princípio da impessoalidade destacar nome, imagem, símbolo ou slogan pessoal de autoridade, desde que as informações divulgadas sejam verdadeiras.
- 43** Ainda que as demais demandas administrativas venham a ser analisadas posteriormente, a priorização informal, sem amparo em critério legal ou objetivo, de demanda de administrado com quem o agente público mantém relação pessoal capaz de comprometer a impessoalidade viola a ética na função pública, a imparcialidade e a finalidade pública da atuação administrativa.
- 44** Ainda que a moralidade administrativa integre o regime jurídico da Administração Pública, a sua função limita-se a orientar a interpretação das regras legais aplicáveis, não sendo suficiente para fundamentar o controle de validade de um ato administrativo praticado com observância formal da competência, da forma e do procedimento previstos em lei.
- 45** A supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público são princípios implícitos do regime jurídico-administrativo. Assim sendo, a primeira fundamenta prerrogativas da Administração quando necessárias à proteção do interesse coletivo, ao passo que a segunda impõe sujeições e deveres à Administração e a seus agentes, que não podem dispor livremente dos interesses da coletividade.
- 46** A autotutela administrativa permite que a Administração reveja os seus próprios atos, mas a revogação de ato válido pressupõe juízo de conveniência e oportunidade. Por outro lado, a anulação decorre de ilegalidade, respeitados os direitos adquiridos e sem haver prejuízo do controle judicial cabível.
- 47** O exercício de competência discricionária dispensa a Administração de indicar os pressupostos de fato e de direito da decisão, pois o mérito administrativo não se submete a controle quanto à finalidade, à razoabilidade ou à proporcionalidade.
- 48** A observância dos princípios administrativos não depende, necessariamente, de sua previsão expressa em texto normativo, pois princípios implícitos também vinculam a atuação estatal e condicionam a validade da conduta administrativa.

Quanto à Lei nº 8.429/1992 – que trata da improbidade administrativa –, e à Lei nº 9.784/1999 – que trata do processo administrativo federal –, julgue os itens seguintes.

- 49** A Lei nº 8.429/1992 possui natureza de lei nacional, não se limitando à Administração Pública Federal, e disciplina, nos limites de seu objeto, a responsabilização por atos de improbidade administrativa que violem a probidade na organização do Estado e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da Administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, alcançando, ainda, determinadas entidades privadas nas hipóteses legalmente previstas.

- 50** A configuração de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário prescinde da comprovação de vontade livre e consciente dirigida ao resultado ilícito tipificado, bastando a demonstração de dano efetivo e denexo causal entre a conduta funcional do agente público, e o prejuízo suportado pela Administração.
- 51** O terceiro que não ocupa cargo, emprego ou função pública pode sujeitar-se às disposições da Lei nº 8.429/1992 quando, de forma dolosa, induzir ou concorrer para a prática de ato de improbidade administrativa, não sendo exigido que possua vínculo funcional formal com a Administração Pública.
- 52** O agente público que recebe vantagem econômica indevida para tolerar a exploração ou a prática de atividade ilícita prática, em regra, ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, pois o elemento central da conduta é a omissão funcional.
- 53** O agente público que, dolosamente, permitir que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de órgão ou entidade alcançado pelo regime de improbidade administrativa, sem observar as formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, pode ter praticado ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, desde que a conduta enseje, efetiva e comprovadamente, lesão ao patrimônio protegido.
- 54** Para a aplicação de sanção por ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, exige-se, além da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, a demonstração simultânea de enriquecimento ilícito do agente, de dano material ao erário e de vantagem econômica obtida por terceiro.
- 55** No processo administrativo federal, o administrado que tenha a condição de interessado tem direito de ter ciência da tramitação do processo, de ter vista dos autos, de obter cópias de documentos neles contidos e de conhecer as decisões proferidas, ressalvadas as restrições legalmente protegidas por sigilo, privacidade, honra ou imagem.
- 56** O administrado somente está obrigado a prestar informações e a colaborar para o esclarecimento dos fatos quando tais esclarecimentos forem favoráveis ao pedido que formulou, pois o dever de lealdade processual não impede a omissão de dados relevantes à decisão administrativa.
- 57** A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é admitida em caráter excepcional, desde que seja fundada em motivos relevantes devidamente justificados.
- 58** A motivação do ato administrativo pode consistir em declaração expressa de concordância com fundamentos constantes de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, hipótese na qual esses fundamentos passam a integrar o ato decisório, no entanto, desde que a motivação seja clara, congruente e suficiente para justificar a decisão adotada.
- 59** A interposição de recurso administrativo não impede a execução da decisão recorrida. Contudo, havendo alegação de prejuízo de difícil ou incerta reparação, o efeito suspensivo decorrerá, automaticamente, do pedido formulado pelo recorrente.
- 60** Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, ainda que não surjam fatos novos ou circunstâncias relevantes, sempre que a autoridade revisora entender conveniente reexaminar o mérito da penalidade aplicada. Assim, será possível efetuar-se o agravamento da sanção em caso de se concluir que a penalidade originária foi branda diante da gravidade dos fatos.

Com relação à transparência, ao acesso à informação e à proteção de dados pessoais, julgue os itens seguintes, conforme a Lei nº 12.527/2011, o Decreto nº 7.724/2012 e a Lei nº 13.709/2018.

- 61** No âmbito da Lei de Acesso à Informação, a publicidade constitui preceito geral, e o sigilo, exceção, razão pela qual a Administração Pública deve adotar medidas que favoreçam o acesso à informação independentemente de solicitação, quando se tratar de informações de interesse coletivo ou geral.
- 62** O pedido de acesso à informação dirigido a órgão ou entidade pública poderá ser condicionado à apresentação dos motivos determinantes da solicitação, especialmente quando envolver informações administrativas internas.
- 63** Ao receber pedido de acesso à informação que não possa ser disponibilizada de imediato, o órgão ou a entidade pública deverá, em prazo não superior a 20 dias, apresentar resposta nos termos da Lei de Acesso à Informação, prazo que poderá ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa expressa. Entretanto, se a informação já estiver disponível, o acesso deverá ser concedido de imediato.
- 64** As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem submetem-se ao mesmo regime jurídico das informações classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, razão pela qual somente receberão proteção legal se forem formalmente classificadas pela autoridade competente.
- 65** Conforme o Decreto nº 7.724/2012, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade do Poder Executivo federal deverá publicar, anualmente, até 1º de junho, em site na Internet, o rol das informações desclassificadas nos últimos 12 meses, o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, o relatório estatístico dos pedidos de acesso à informação e as informações estatísticas agregadas dos requerentes.
- 66** A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplica-se à operação de tratamento de dados pessoais realizada no território nacional, ainda que o agente de tratamento esteja sediado no exterior. Contudo, ela não se aplica ao tratamento de dados provenientes de fora do território nacional que não sejam objeto de comunicação ou de uso compartilhado com agentes de tratamento brasileiros nem de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, o que procederá desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD.
- 67** Suponha-se que um controlador tenha realizado tratamento de dados pessoais para cumprir obrigação legal ou regulatória a ele imposta. Nesse caso, é correto afirmar que o tratamento somente será lícito se houver consentimento prévio do titular, pois o consentimento é a base legal geral e indispensável para qualquer operação de tratamento de dados pessoais.
- 68** Suponha-se que, em um cadastro mantido por uma entidade privada, foram registradas informações sobre convicção religiosa, opinião política, filiação sindical e dado biométrico de usuários identificáveis. Nesse caso, é correto afirmar que tais informações poderão ser enquadradas como dados pessoais sensíveis, desde que elas sejam vinculadas a pessoas naturais.

- 69** O operador somente responderá solidariamente pelos danos causados pelo tratamento de dados pessoais quando descumprir obrigações expressamente previstas na legislação de proteção de dados, não havendo equiparação ao controlador quando o dano decorrer apenas do descumprimento das instruções lícitas fornecidas pelo controlador.
- 70** As sanções administrativas previstas na LGPD, quando cabíveis, serão aplicadas pela Agência Nacional de Proteção de Dados, no papel de autoridade nacional, após procedimento administrativo que possibilite o contraditório e a ampla defesa, podendo incidir de forma gradativa, isolada ou cumulativa, conforme as peculiaridades do caso concreto e os parâmetros legais aplicáveis.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção Americana a respeito dos Direitos Humanos e das disposições do art. 37 da Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 71** No sistema constitucional brasileiro, a liberdade de locomoção configura direito fundamental, enquanto o habeas corpus constitui garantia constitucional voltada à sua proteção sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- 72** O direito à vida, previsto no caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988, limita-se à proteção da existência biológica da pessoa, não abrangendo a tutela de uma vida digna nem a proteção contra tratamentos degradantes, penas cruéis ou ofensas à integridade física e moral.
- 73** A realização de reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público, depende de autorização prévia da autoridade competente, especialmente quando tiver por finalidade a crítica a atos praticados pelo Poder Público.
- 74** O princípio da igualdade não impede que a lei estabeleça tratamentos diferenciados entre pessoas ou grupos, desde que a distinção adotada não seja arbitrária e se fundamente em critério objetivo, razoável e proporcional, que seja compatível com a finalidade constitucionalmente legítima.
- 75** No ordenamento jurídico brasileiro, nem todo tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos incorporado ao direito interno possui equivalência às emendas constitucionais, pois essa equivalência depende de aprovação, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- 76** A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência, motivo pelo qual devem agir uns em relação aos outros com espírito de fraternidade.
- 77** Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, mas a vedação à prisão arbitrária é reservada aos nacionais do Estado em que a prisão ocorrer.
- 78** Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o direito de votar e de ser eleito deve ser assegurado em eleições periódicas autênticas, a serem realizadas por sufrágio universal e igual, e por voto secreto, de modo a garantir a livre expressão da vontade dos eleitores.
- 79** Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a proteção especial devida à criança constitui dever exclusivo do Estado, razão pela qual a família e a sociedade não figuram como sujeitos responsáveis pela adoção das medidas de proteção exigidas em razão da condição de menor.
- 80** Segundo o art. 37 da Constituição Federal de 1988, é permitida, havendo a compatibilidade de horários e sendo observado o teto remuneratório constitucional, a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro cargo público de qualquer natureza.

Considerando as Resoluções CFFa nº 245/2000, nº 587/2020, nº 609/2021, nº 677/2022, nº 768/2024 e nº 820/2026, julgue os itens seguintes, a respeito da competência e da atuação profissional, bem como da responsabilidade técnica e das diretrizes de fiscalização.

- 81** A realização de exames destinados à avaliação auditiva periférica e central por profissional regularmente inscrito no Conselho Regional é compatível com as competências previstas para o fonoaudiólogo.
- 82** A alteração de responsável técnico de um serviço fonoaudiológico deve ser comunicada ao Conselho Regional conforme as normas aplicáveis.
- 83** Uma pessoa jurídica que exerça atividade relacionada à fonoaudiologia pode ser fiscalizada mesmo quando não possuir inscrição regular no Conselho Regional.
- 84** O exercício profissional em região diversa daquela da inscrição principal dispensa qualquer providência administrativa perante o Sistema de Conselhos.
- 85** A omissão de irregularidades verificadas durante fiscalização contraria as atribuições previstas no manual de orientação e fiscalização.

No que concerne ao respaldo legal exigido para a prática da audiologia clínica, julgue os itens a seguir, de acordo com as Resoluções CFFa nº 483/2015, nº 553/2019, nº 554/2019 e nº 777/2025.

- 86** A ausência de comprovação documental da calibração periódica dos equipamentos audiológicos fundamenta um apontamento de inconformidade técnica.
- 87** A manutenção de níveis inadequados de pressão sonora em sala de exames compromete a confiabilidade dos resultados audiológicos.
- 88** O armazenamento parcial dos registros de avaliação audiológica será suficiente quando houver laudo conclusivo assinado.
- 89** A utilização de sistemas informatizados para a guarda de prontuários depende da observância das normas aplicáveis à segurança e à integridade documental.
- 90** A constatação de exercício profissional por pessoa física não inscrita poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas pelo Sistema de Conselhos.

Quanto às Resoluções CFFa nº 580/2020, nº 640/2021 e nº 777/2025, que garantem a segurança clínica e jurídica do fonoaudiólogo no teleatendimento, julgue os itens seguintes.

- 91** O dever de sigilo profissional permanece aplicável aos atendimentos realizados por plataformas digitais.
- 92** A inexistência de identificação do profissional responsável pelos registros eletrônicos compromete a rastreabilidade documental.
- 93** A realização de atendimento remoto dispensa a elaboração de registros clínicos formais.
- 94** O compartilhamento indiscriminado de dados clínicos em ambiente virtual configura infração ética.
- 95** A telefonoaudiologia somente pode ser utilizada em caso de risco de contágio ou impossibilidade de deslocamento.

No que se refere à atuação fonoaudiológica em programas de triagem auditiva neonatal universal (TANU), julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei nº 6.965/1981, com o Decreto nº 87.218/1982 e com as Resoluções CFFa nº 568/2020, nº 655/2022 e nº 777/2025.

- 96** A atuação do fonoaudiólogo em programas de triagem auditiva neonatal universal possui regulamentação específica.
- 97** A ausência de protocolo de higienização dos equipamentos compartilhados caracteriza descumprimento das normas de biossegurança.
- 98** A avaliação, o diagnóstico fonoaudiológico e a emissão de laudos de audição são competências exclusivas do fonoaudiólogo.
- 99** A ausência de registros sobre intercorrências durante os procedimentos neonatais dificulta a rastreabilidade assistencial.
- 100** Os protocolos técnicos relacionados à triagem auditiva neonatal podem ser eximidos em situações de elevada demanda assistencial.

No que diz respeito às atividades de estágio em fonoaudiologia, julgue os itens seguintes, em consonância com as Leis nº 6.965/1981 e nº 11.788/2008, bem como com a Resolução CFFa nº 740/2024.

- 101** A formalização das atividades desenvolvidas pelo estagiário integra os requisitos previstos na legislação de estágio.
- 102** A supervisão de estágio em fonoaudiologia possui regulamentação específica no âmbito do Sistema de Conselhos.
- 103** O estudante realiza atendimentos autônomos sem acompanhamento profissional, quando houver autorização institucional.
- 104** A inexistência de documentação comprobatória das atividades de estágio dificulta a verificação da regularidade do programa supervisionado.
- 105** O profissional com inscrição suspensa tem a permissão para exercer supervisão de estágio, desde que a instituição mantenha vínculo acadêmico ativo.

Considerando as Resoluções CFFa nº 720/2023, nº 732/2024 e nº 768/2024, que estruturam o funcionamento, a fiscalização e os processos disciplinares da fonoaudiologia no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 106** O contraditório e a ampla defesa integram as garantias aplicáveis ao processo disciplinar.
- 107** A instauração de procedimento disciplinar decorre de irregularidades identificadas em fiscalizações.
- 108** A aplicação de sanção disciplinar dispensará fundamentação quando houver confissão do investigado.
- 109** O Regimento Interno Único disciplina os aspectos administrativos relacionados ao funcionamento dos Conselhos Regionais.
- 110** O encerramento de procedimento disciplinar sem análise documental é admitido quando houver acordo informal entre as partes.

Com base nas Resoluções CFFa nº 488/2016, nº 591/2020, nº 777/2025 e nº 820/2026, que regem o exercício profissional, o registro de empresas e os parâmetros assistenciais na fonoaudiologia, julgue os itens seguintes.

- 111** A seleção e a adaptação de aparelho de amplificação sonora individual integram as competências regulamentadas do fonoaudiólogo.
- 112** Os parâmetros assistenciais podem subsidiar as análises sobre a organização dos serviços fonoaudiológicos.
- 113** A ausência de documentação da avaliação realizada antes da indicação de prótese auditiva compromete a regularidade dos registros.
- 114** A existência de prontuários adequadamente preenchidos afasta a necessidade de verificação da regularidade cadastral da pessoa jurídica perante o Conselho Regional.
- 115** A análise da modalidade de cadastro da pessoa jurídica perante o Conselho Regional pode ser pertinente à verificação de sua regularidade institucional.

De acordo com as Resoluções CFFa nº 605/2021 e nº 658/2022, que estabelecem as diretrizes para a atuação do fonoaudiólogo na educação, bem como a Resolução nº 658/2022, que aprova e institui a versão atualizada do Código de Ética, julgue os itens a seguir.

- 116** A atuação do fonoaudiólogo no contexto educacional inclui ações de promoção da comunicação humana direcionadas à comunidade escolar.
- 117** A identificação de dificuldades de comunicação em ambiente escolar obriga o fonoaudiólogo a realizar atendimento clínico terapêutico individual dentro da instituição de ensino.
- 118** A articulação entre profissionais da educação, da saúde e familiares é um fator de integração das estratégias de atuação do fonoaudiólogo na área educacional.
- 119** As alterações normativas posteriores atualizaram os dispositivos relacionados às competências e às atribuições do fonoaudiólogo na área educacional.
- 120** A divulgação de ações desenvolvidas pelo fonoaudiólogo em ambiente escolar está eximida da observância dos princípios éticos da profissão, por não envolver atendimento clínico direto.



RASCUNHO